

LIBERDADE ACADÊMICA, GÊNERO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: FUNDAMENTOS PARA UMA UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA

Amanda Mendonça

Universidade Estadual de Rio de Janeiro, Brasil
amandademendonca@gmail.com

Camilla Croso

Diretora Executiva da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas (CLAA)
camcroso@gmail.com

1
Dossier

Resumo

O presente artigo propõe uma análise crítica dos desafios e possibilidades para a democratização da Educação Superior na América Latina, a partir da articulação entre três frentes interconectadas: a crescente ameaça à liberdade acadêmica em contextos de avanço dos neoconservadorismos, as desigualdades e violências de gênero nas universidades e os potenciais da integração regional na produção e circulação do conhecimento e no enfrentamento ao cenário conservador. Com base em revisão bibliográfica e análise de experiências recentes em países como Brasil, Argentina e Colômbia, argumenta-se que a democratização da Educação Superior exige mais do que acesso formal: ela demanda a transformação estrutural das instituições, com a incorporação de epistemologias feministas, políticas de equidade e a garantia de ambientes livres de violência e censura. O texto evidencia como as agendas anti gênero e anti científicas, promovidas por governos autoritários, têm impactado de maneira desproporcional mulheres e dissidências sexuais no campo acadêmico. Argumenta-se que a liberdade acadêmica deve ser compreendida como uma questão política e educacional, diretamente conectada à construção de universidades mais democráticas, inclusivas e seguras para mulheres e dissidências. Ao mesmo tempo, aponta para o papel estratégico das redes acadêmicas latino-americanas na defesa da liberdade de pensamento e na construção de alternativas contra-hegemônicas. Ao tensionar os vínculos entre conhecimento, democracia e justiça social, o artigo busca contribuir com o debate sobre o papel das universidades como espaço de resistência e reinvenção de futuros possíveis no cone sul.

Palavras chaves: Liberdade acadêmica; Integração regional; Desigualdades de gênero.

Libertad académica, género e integración regional: fundamentos para una universidad democrática

Resumen: El presente artículo propone un análisis crítico de los retos y posibilidades para la democratización de la educación superior en América Latina, a partir de la articulación entre tres frentes interconectados: la creciente amenaza a la libertad académica en contextos de avance de los neoconservadurismos, las desigualdades y violencias de género en las universidades y los potenciales de la integración regional en la producción y circulación del conocimiento y en el enfrentamiento al escenario conservador. Basándose en una revisión bibliográfica y en el análisis de experiencias recientes en países como Brasil, Argentina y Colombia, se argumenta que la democratización de la educación superior exige más que el acceso formal: exige la transformación estructural de las instituciones, con la incorporación de epistemologías feministas, políticas de equidad y la garantía de entornos libres de violencia y censura. El texto pone de manifiesto cómo las agendas antigénero y anticientíficas, promovidas por gobiernos autoritarios, han impactado de manera desproporcionada a las mujeres y a las disidencias sexuales en el ámbito académico. Se argumenta que la libertad académica debe entenderse como una cuestión política y educativa, directamente relacionada con la construcción de universidades más democráticas, inclusivas y seguras para las mujeres y las disidencias. Al mismo tiempo, señala el papel estratégico de las redes académicas latinoamericanas en la defensa de la libertad de pensamiento y en la construcción de alternativas contrahegemónicas. Al tensar los vínculos entre conocimiento, democracia y justicia social, el artículo busca contribuir al debate sobre el papel de las universidades como espacio de resistencia y reinención de futuros posibles en el Cono Sur.

Palabras claves: Libertad académica; Integración regional; Desigualdades de género.

Freedom of academia, gender, and regional integration: foundations for a democratic university

Abstract: This article proposes a critical analysis of the challenges and possibilities for the democratization of higher education in Latin America, based on the articulation of three interconnected fronts: the growing threat to academic freedom in contexts of advancing neoconservatism, gender inequalities and violence in universities, and the potential of regional integration in the production and circulation of knowledge and in confronting the conservative scenario. Based on a literature review and the analysis of recent experiences in countries such as Brazil, Argentina, and Colombia, it is argued that the democratization of higher education requires more than formal access: it demands the structural transformation of institutions, with the incorporation of feminist epistemologies, equity policies, and the guarantee of environments free from violence and censorship. The text highlights how anti-gender and anti-scientific agendas, promoted by authoritarian governments, have disproportionately impacted women and sexual dissidence in the academic sphere. It is argued that academic freedom must be understood as a political and educational issue, directly related to the construction of more democratic, inclusive, and safe universities for women and dissidence. At the same time, it points out the strategic role of Latin American academic networks in the defense of freedom of thought and in the construction of counter-hegemonic alternatives. By highlighting the links between knowledge, democracy, and social justice, the article seeks to contribute to the debate on the role of universities as a space for resistance and reinvention of possible futures in the Southern Cone.

Keywords: Academic freedom; Regional integration; Gender inequalities.

Introdução

As universidades latino-americanas têm ocupado um lugar ambíguo na história política da região. De um lado, são espaços de reprodução das desigualdades sociais, de epistemologias excludentes e de hierarquias de gênero e raça profundamente arraigadas. De outro, são também territórios de resistência, produção de pensamento crítico e mobilização por justiça social. Nos últimos anos, no entanto, esse campo tem sido duramente tensionado por uma ofensiva neoconservadora que atinge simultaneamente a liberdade acadêmica, as políticas de equidade de gênero e o próprio direito à educação e à ciência. Nesse cenário, este artigo propõe refletir sobre os desafios e possibilidades para

a democratização da Educação Superior na América Latina, a partir da articulação entre três eixos: liberdade acadêmica, gênero e integração regional.

A liberdade acadêmica, historicamente abordada pela perspectiva jurídica, precisa ser compreendida também como uma questão política e educacional, fundamental para a existência de uma universidade verdadeiramente democrática. A intensificação das censuras, perseguições ideológicas e campanhas de deslegitimação das universidades como um todo e especialmente contra pesquisas sobre gênero, sexualidades e relações raciais indicam uma tentativa de restringir os horizontes de produção do conhecimento e de disciplinar corpos e pensamentos dissidentes. Como mostra o estudo de Croso (2025), essa ofensiva recai de forma desproporcional sobre professoras e pesquisadoras, produzindo impactos severos sobre suas trajetórias acadêmicas, saúde mental e inserção institucional.

Esse cenário também tem sido analisado por autoras como Segato (2016), que denuncia a “pedagogia da crueldade” e o pacto de silenciamento institucional; Corrêa (2018), que traça a genealogia da retórica *antigênero* no Brasil e sua articulação com forças religiosas e conservadoras e Patricia Hill Collins (2019), ao tratar da exclusão epistêmica das mulheres negras. Além disso, em diálogo com essas perspectivas, Mendonça tem analisado em trabalhos recentes os impactos das ofensivas *antigênero* sobre a liberdade acadêmica, especialmente nos contextos brasileiros, com destaque para a censura institucional (Mendonça e Layus, 2024).

Soma-se a esse contexto, o avanço da retórica anticiência, articulada a discursos religiosos e autoritários, que têm fragilizado a universidade pública como espaço de autonomia, pluralidade e emancipação. Ataques às ciências ambientais, ciências da saúde e especialmente às ciências sociais têm se multiplicado na região, seguindo uma tendência global contra o direito à ciência. Tal tendência vem mobilizando a UNESCO na defesa da ciência como direito humano e bem comum. Em 2017, por exemplo, a agência lança a [Recomendación sobre la Ciencia y los Investigadores Científicos \(RC|IC\)](#) e em 2024, o *Llamado a la Acción sobre la Libertad y Seguridad de las y los Científicos*.

Em diversos países latino-americanos, o discurso da “ideologia de gênero”, o qual representa uma afronta às ciências sociais, tem sido mobilizado para censurar conteúdos curriculares, intimidar docentes e minar políticas de equidade. Mendonça (2017) e Mendonça, Sepulveda e Correa (2024) em seus estudos contribuíram para esse debate ao demonstrar como a noção de “ideologia de gênero” tem sido usada politicamente para criminalizar práticas docentes e descaracterizar anos de pesquisa acadêmica rigorosa no campo dos estudos sobre gênero. Suas análises evidenciam que os ataques à liberdade acadêmica estão profundamente imbricados com projetos autoritários de controle social, que muitas vezes fazem uso político da religião, que se expressam tanto no campo jurídico quanto nos cotidianos institucionais de exclusão, perseguição e silenciamento. Frente a esse contexto, é urgente situar a liberdade acadêmica não apenas como um direito individual, mas como uma prática coletiva que sustenta o caráter público e transformador da universidade.

A liberdade acadêmica é um direito humano fundamental, estreitamente ligado à consolidação da democracia, à produção científica e à construção de sociedades mais igualitárias. Seu exercício pleno garante não apenas a liberdade de pesquisar, ensinar, aprender e se expressar sem medo de represálias, mas também o direito de participar das instâncias institucionais da vida universitária. Trata-se de um elemento estruturante das universidades como espaços de produção de

conhecimento crítico, diálogo plural e intervenção qualificada no debate público. Nesse sentido, a liberdade acadêmica não só protege a comunidade universitária, mas viabiliza o avanço de outros direitos fundamentais.

Na América Latina e no Caribe, a liberdade acadêmica e a autonomia universitária têm raízes profundas, consolidadas desde a Reforma Universitária de Córdoba (1918), que consagrou também o co-governo e a participação estudantil como pilares de uma universidade democrática e comprometida com a justiça social. Esse legado foi reafirmado nas Conferências Regionais de Educação Superior (CRES) de Havana (1996), Cartagena das Índias (2008), Córdoba (2018) e na recente Declaração CRES+5 de Brasília (2024), que colocaram a integração regional, a defesa dos direitos humanos e o combate às desigualdades no centro da agenda da educação superior latino-americana.

Nos últimos anos, observa-se um fortalecimento do reconhecimento normativo da liberdade acadêmica em nível internacional e regional. Documentos como os Princípios Interamericanos sobre Liberdade Acadêmica e Autonomia Universitária (2021), os Princípios para a Implementação do Direito à Liberdade Acadêmica (2024), o Informe da Relatora Especial da ONU sobre o Direito à Educação, Farida Shaheed (2024) e a Resolução sobre o Direito à Educação aprovado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU (2025), consolidam a liberdade acadêmica como um direito autônomo, interdependente e justiciável. Estes avanços normativos no reconhecimento da liberdade acadêmica como direito humano convivem com a escalada de ataques que esta vem sofrendo em diversas partes do mundo, detalhada minuciosamente no Informe da Relatora Farida Shaheed. O direito à liberdade acadêmica, bem como sua erosão –manifestada especialmente a partir do debilitamento da autonomia universitária, da criminalização de acadêmicos e estudantes, do aumento das ameaças e do assédio online, bem como da ausência generalizada de medidas de proteção e respostas institucionais– continua a ocupar um lugar relativamente marginal no discurso público e é raramente refletido em dados oficiais.

4

Nesse debate, a integração regional emerge como horizonte estratégico. A articulação de redes como a Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas (CLAA), o Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), a Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA – Latin American Studies Association), a Rede Latino-Americana de Sociologia (ALAS – Asociación Latinoamericana de Sociología), o Espaço Latino-Americano e Caribenho de Educação Superior (ENLACES) vinculado à Conferência Regional de Educação Superior (CRES), e iniciativas educacionais vinculadas ao Setor Educacional do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL Educacional), têm revelado o potencial da cooperação sul-sul na construção de respostas conjuntas às ameaças comuns. Ao conectar experiências, produzir solidariedades e disputar sentidos sobre o papel da universidade, essas redes oferecem um caminho para fortalecer a democratização do conhecimento e resistir ao isolamento nacionalista promovido por forças neoconservadoras.

Este artigo parte, portanto, da premissa de que a democratização da Educação Superior na América Latina está diretamente vinculada à garantia da liberdade acadêmica, da superação das violências de gênero e da aposta em formas colaborativas de produção de saber. Trata-se de uma aposta na universidade como espaço de reinvenção democrática, atravessada por vozes plurais, críticas e regionalmente integradas.

A liberdade acadêmica tem sido tradicionalmente abordada a partir de uma perspectiva normativa e jurídica, centrada no direito individual à expressão e na autonomia institucional. Embora essas dimensões sejam fundamentais, elas não são suficientes para abarcar a complexidade do tema em contextos marcados por desigualdades estruturais, autoritarismos e disputas ideológicas, como os da América Latina. Assim, este artigo propõe uma ampliação desse entendimento, situando a liberdade acadêmica como um campo de disputa política e como uma condição educacional indispensável para a existência de uma universidade democrática.

Nos últimos anos, o avanço de governos de orientação neoconservadora e autoritária em diversos países da região tem produzido um ambiente de crescente hostilidade ao pensamento crítico. Para isso, cabe destacar o cenário transnacional de avanço neconservador na América Latina como um fenômeno multifacetado que se manifesta por meio de uma série de movimentos e ideologias que buscam reafirmar valores conservadores, muitas vezes em reação a políticas progressistas e sociais que emergiram nas últimas décadas. O fenômeno tem se intensificado desde o final dos anos 2010, segundo Birolli (2018), por uma crescente articulação entre grupos neoconservadores em diferentes países da região. De acordo com a autora, esse avanço tem se manifestado por meio da reapropriação de narrativas relacionadas à moralidade, à família e à segurança. Assim, os grupos neoconservadores frequentemente utilizam questões como a criminalidade e a "defesa da família tradicional" para mobilizar apoio político.

Essa rede transnacional é facilitada por organizações religiosas, *think tanks* e movimentos sociais que compartilham uma visão comum e que frequentemente se utilizam de políticas de identidade que promovem uma visão homogênea da cultura e da moralidade, rejeitando a diversidade e os direitos de grupos minorizados, incluindo LGBTQIA+ e grupos étnicos. Juan Vaglione, em “A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina” (2020), destaca que a ascensão de lideranças conservadoras na América Latina está ligada a um contexto global de polarização política. Ele argumenta que a disseminação de valores conservadores é impulsionada por redes sociais e mídias digitais, que têm servido como ferramentas eficazes para a mobilização e disseminação de ideologias. Na mesma direção, Flávia Birolli (2018) argumenta que essa mobilização neoconservadora também busca reverter conquistas sociais, criando um ambiente de tensão e conflito nas sociedades latino-americanas.

O avanço neoconservador na América Latina é um fenômeno, portanto, que se insere em um contexto transnacional mais amplo, refletindo a articulação de valores e ideologias que buscam reverter conquistas sociais e políticas progressistas. As análises de Juan Vaglione e Flávia Birolli contribuem para a compreensão das dinâmicas desse movimento, revelando suas estratégias e implicações para o futuro das democracias na região. Pensando em episódios recentes desse cenário analisado por Vaglione e Birolli, temos no Brasil, um exemplo emblemático do avanço neoconservador, com o crescimento vertiginoso de grupos, movimentos e partidos defensores do “valores tradicionais”; a eleição de Javier Milei na Argentina, que assumiu em 2023, representa outra manifestação do neoconservadorismo, adotando políticas de austeridade e promovendo uma agenda que valoriza a “moralidade” e de crítica a intervenção estatal em áreas como saúde e educação. Nesse sentido, a perspectiva adotada por autoras como Flávia Birolli (2018), Sonia Corrêa e Marco Prado (2024) e Juan Marco Vaggione (2020), de que há em nossa conjuntura mais recente uma reação aos debates e as políticas pró igualdade de gênero e que esta reação constituiria parte importante e estratégica de uma “desdemocratização” de caráter transnacional, aparece como horizonte neste

texto. A ideia de uma conexão entre a dimensão moral e econômica, onde a primeira, mobiliza através do medo e da insegurança apoio popular para mudanças de caráter antidemocráticas nos demais campos, seguem orientando o caminho teórico-metodológico adotado. Assim, destacam-se pontos que compõem este quadro de ataques a abordagem de temas como “gênero”, racismo, direitos humanos, meio ambiente, dentre outros, nos ambientes educacionais. Nesse sentido, considera-se a perseguição aos educadores/as como um dos elementos centrais a serem explorados, a fim de dar seguimento às análises, reflexões e produções de dados sobre a relação entre a educação e a “desdemocratização” no cenário latino-americano.

A censura a temas como gênero, sexualidade, racismo estrutural e justiça social e climática tornou-se prática recorrente em instituições de ensino superior. Pesquisadoras e professoras têm sido alvo de perseguições políticas, campanhas de difamação e processos judiciais frequentemente articulados por movimentos anti gênero, setores religiosos extremistas e mídias neoconservadoras, em um contexto que desafia a autonomia universitária e silencia epistemologias dissidentes.

O Brasil, em particular, se tornou um caso emblemático dessa ofensiva. Conforme Croso (2025) expõe, professoras universitárias que trabalham com temáticas de gênero têm sido submetidas a violências institucionais, perseguições políticas e isolamento profissional, muitas vezes sem qualquer proteção das universidades às quais pertencem. As entrevistas realizadas pela autora mostram como o patriarcado se inscreve nas estruturas universitárias por meio do corporativismo masculino, da omissão institucional e da revitimização sistemática das denunciante. Esses mecanismos não apenas produzem sofrimento individual e adoecimento, como também fragilizam o caráter público e crítico da universidade. Essa realidade tem sido amplamente analisada por Segato (2016) e Mendonça e Passos (2021), que evidenciam a persistência de padrões institucionais de silenciamento, naturalização da violência e proteção dos agressores.

Além dos casos específicos de violência, há um movimento mais amplo de deslegitimação das ciências naturais, humanas e sociais, marcado por cortes de financiamento, interferência nos currículos e políticas de “neutralidade ideológica”. No Brasil, o movimento Escola Sem Partido, ativo desde a década de 2010, é exemplar desse esforço de controle do discurso acadêmico, atacando docentes e instituições que trabalham com educação sexual, crítica decolonial ou estudos feministas. Na Argentina e outras partes da América Latina como Chile e Peru, iniciativas semelhantes têm surgido, especialmente as que giram em torno do movimento “No te Metas con Mis Hijos”, bem como as que promovem o “Homeschooling”, articulando-se à retórica da “ideologia de gênero” como inimiga da família e da moral nacional.

É importante destacar que essas investidas não são isoladas. Elas fazem parte de um projeto político que busca restringir o campo da educação e do conhecimento aos marcos da obediência, da reprodução e do neoconservadorismo. Nesse sentido, a liberdade acadêmica não pode ser entendida apenas como proteção legal ao pesquisador, mas como o alicerce de um projeto educacional comprometido com a justiça social, com a diversidade epistêmica e com a formação de sujeitos críticos.

Compreender a liberdade acadêmica sob essa chave política e educacional permite também reconhecer os impactos desiguais que sua violação provoca. Mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIAPN+ e pesquisadoras/es do Sul Global enfrentam formas específicas de cerceamento,

não apenas pela censura direta, mas pelo silenciamento estrutural de suas experiências, metodologias e objetos de estudo. O que está em disputa, portanto, não é apenas o direito de falar, mas o direito de existir epistemicamente dentro da universidade.

Por essa razão, a defesa da liberdade acadêmica deve estar intrinsecamente articulada às lutas por equidade, diversidade e democratização da Educação Superior. Trata-se de garantir que as universidades sejam espaços onde múltiplas formas de saber possam florescer, onde seja possível questionar as normas vigentes e onde a dissidência não seja punida, mas reconhecida como motor de transformação social.

Liberdade acadêmica em um cenário de anti-ciência

Coronavírus. Ensino remoto. Anticientificismo. Terraplanismo. Fake news. Antivacina. Pós-verdade. Hoje em dia, essas palavras estão sempre presentes nos debates relacionados à educação. Um fenômeno mundial, que vem afetando a realidade educacional de muitos países de diferentes maneiras.

De acordo com Apple (2017), esse fenômeno está relacionado ao fato de que educadores criticamente democráticos, movimentos progressistas e comunidades não são os únicos indivíduos e grupos que estão trabalhando no campo educacional. O autor apresenta como neoliberais, neoconservadores, movimentos religiosos reacionários e autoritários e novos regimes de autoridade administrativa que também estão trabalhando arduamente para mudar a educação de acordo com suas necessidades.

Assim, as lutas dentro das escolas, pelos direitos de professores/as, pelo currículo, pelas políticas educacionais, fazem parte de um campo em disputa. E todos esses elementos, como currículo, ação pedagógica e políticas educacionais, são essenciais para construir uma educação democrática, que se volta para a construção do pensamento crítico e, portanto, questiona o status quo.

A ideia de uma educação democrática e crítica também foi desenvolvida por bell hooks em *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*, em que a autora confronta duas visões educacionais. Por um lado, ela apresenta a perspectiva que situa a instituição de ensino como um “microcosmo da cultura do dominador” e, diametralmente oposta a essa proposição, bell hooks (2003) situa e defende a educação como uma prática de liberdade e a instituição de ensino como um ambiente de intenso questionamento voltado para a formação do pensamento crítico e o confronto direto da naturalização da subordinação e da humilhação nas relações baseadas na manutenção do poder. Essa instituição, configurada como um espaço de pertencimento, cuidado mútuo e valorização das diferenças, também possibilita a conexão da educação com um território que vai além da educação acadêmica para encontrar na humanização e no amor a Pedagogia da esperança de Paulo Freire.

“Ter esperança”, para hooks e Freire, é uma condição para o estabelecimento de comunidades educativas dispostas a reagir à violência da opressão em ambientes estruturalmente hostis à liberdade de expressão e a questionar as relações verticais que as sustentam. Na mesma perspectiva, Henry Giroux (2006) argumenta que uma pedagogia crítica coloca em discussão a ideia de que não existe uma educação que possa ser considerada ideologicamente neutra, mas sim que a noção de

neutralidade esconde o que a educação realmente envolve como produtora de formas particulares de conhecimento, de poder, de valores sociais, de agência, de narrativas sobre o mundo.

Portanto, a defesa de uma educação crítica e a ideia das instituições de ensino como um espaço de formação de opinião e central para o avanço da democracia une todos os autores citados e suas obras e orienta este projeto. Nesse sentido, apresenta-se como um desafio enfrentar o que Giroux (2022) chamou de pedagogias da repressão, ou seja, uma pedagogia que visa diminuir a possibilidade das e dos estudantes serem pensadores críticos, que entende a educação como uma forma de silenciamento.

O processo de tentar implementar essa pedagogia da repressão e do silenciamento por meio da educação, que sempre ocorreu, ganhou novos contornos e se intensificou na última década. Tentativas de censura, interferência nos currículos e no planejamento das aulas e interferência nas ações dos professores têm sido as marcas desse fenômeno. Esses fatos têm grande impacto no trabalho de professores, em especial das professoras, bem como na garantia de uma educação crítica e democrática e que, portanto, tem a liberdade acadêmica assegurada.

É importante relacionar esses fatos a um cenário mais global, à conjuntura política e ao avanço de grupos neoconservadores em todo o mundo. Esse cenário de avanço do pensamento neoconservador em suas múltiplas vertentes torna-se mais evidente com o surgimento na Europa, mas também nos EUA e na América Latina, de movimentos e grupos que incorporam fenômenos como autoritarismo, nacionalismo, populismo, xenofobia, desprezo pelo pluralismo etc. A presidência de Donald Trump nos Estados Unidos, a ascensão de partidos e governos de extrema direita na Europa e as recentes vitórias de vários líderes reacionários latino-americanos são exemplos desse contexto.

8

Para alguns autores, esse contexto faz parte do que pode ser chamado de neoconservadorismo. Portanto, de acordo com Apple (2015), o neoconservadorismo envolve ações defensivas e iniciativas pró-status quo. Apesar do acordo com a economia neoliberal, os neoconservadores defendem um Estado forte em certas áreas, especialmente aquelas relacionadas a normas, valores e comportamentos coletivos. O autor aponta que os neoconservadores constituem uma aliança a favor da reestruturação conservadora, onde a educação tem um lugar de destaque. Dessa forma, eles criticam o currículo escolar por ser supostamente *antifamília* e pela falta de patriotismo. Além disso, os agentes convergem na coalizão conservadora, cujos principais objetivos são retirar as políticas educacionais do debate público e colocá-las como uma “escolha” dos pais.

Um dos exemplos mais proeminentes que ganhou força em vários países é o movimento antivacinação. Os grupos antivacina ganharam maior notoriedade mundial após a pandemia da COVID-19, mas estão presentes e ativos com várias campanhas contra a imunização há muitos anos. Esses grupos integram diferentes vertentes político-ideológicas, que têm em comum o questionamento da ciência. Esses movimentos também ganharam maior visibilidade com o avanço de uma agenda conservadora em vários países.

Em um fenômeno intitulado por Michael Apple (2015) como restauração ou modernização conservadora. Usando a retórica da liberdade de escolha, o fenômeno é caracterizado por uma combinação da adoção das práticas da “nova” cultura proveniente dos mercados globalizados

(representada por medidas de responsabilização e discursos sobre eficiência) com a “velha” cultura de disciplinar os indivíduos, seus corpos, suas práticas e seus desejos —levantada por diretrizes morais conservadoras e tradicionais.

Michael Apple (2015) também fez reflexões sobre como essa modernização conservadora se reflete em alianças e projetos de controle professores/as por meio da união de neoliberais e conservadores. Segundo o autor, esses dois grupos compartilhavam agendas que incluíam a tentativa de regulamentar o trabalho pedagógico, especialmente por meio da censura de temas sensíveis aos neoconservadores, como gênero, LGBTQI e, agora, também temas como vacinação e pensamento científico.

No campo curricular, a modernização conservadora também produziu diversos efeitos com propostas de reformas educacionais que injetam certas visões sobre qual seria o papel das instituições de ensino e dos professores e quais conteúdos podem ou não ser abordados nos currículos. A partir dessa perspectiva, podemos nos questionar sobre, em um cenário mundial de negação da ciência e contínuo descrédito do ensino, qual é o impacto dos novos currículos propostos por esses grupos neoconservadores e *anticientíficos*?

O avanço neoconservador da extrema direita na América Latina é um fenômeno que faz parte de um contexto transnacional mais amplo, refletindo a articulação de valores e ideologias que buscam reverter conquistas sociais e políticas progressistas. Nesse contexto educacional e social da América Latina, enfrentamos desafios importantes em relação às liberdades acadêmicas e civis, que têm impacto direto no exercício dos direitos humanos, especialmente para os setores sociais mais marginalizados, como mulheres, LGBTQIA+, indígenas e negros/as. Preocupam-nos, portanto, as marcas que as transformações políticas, econômicas e sociais deixam nos corpos individuais e sociais e como as instituições públicas e a democracia são amplamente ameaçadas nesse cenário.

Para abordar essa situação, é importante revisar a trajetória política/histórica da região. A extrema direita teve sua experiência nos países latino-americanos há cinco décadas, no período entre os anos 1960 e 1970, com governos ditatoriais, ao contrário dos atuais, eleitos pela vontade popular. As estratégias de censura, perseguição e repressão aos setores populares progressistas têm uma certa continuidade histórica, tanto em seus métodos quanto em seus objetivos. A censura e a perseguição de estudantes e professores nas décadas de 60 e 70, no contexto da luta contra a “subversão”, significaram a expulsão e a demissão de milhares de estudantes universitários na Argentina e no Brasil. A “limpeza ideológica” de intelectuais comprometidos, conteúdos, materiais e cursos universitários que clamavam por transformação social foram alvo de ataques e perseguições.

Desde a redemocratização experimentada no final da década de 1980, a região testemunhou inúmeras tentativas de reconstrução de espaços democráticos e da vida democrática, incluindo o papel das universidades públicas nesse processo, referendando a autonomia institucional e pedagógica dos/as professores/as. No entanto, a partir da primeira década dos anos 2000 esse cenário sofreu sérios retrocessos. Nessa perspectiva, interessa-nos refletir sobre como esse cenário de avanço do neoconservadorismo e da extrema direita no Cone Sul promove um cerco às liberdades de ensino, aprendizado e pesquisa.

Democratização da Educação Superior na perspectiva de gênero

A história da Educação Superior na América Latina é marcada por processos seletivos e excludentes que, por muito tempo, restringiram o acesso a determinados grupos sociais. Mulheres, pessoas LGBTQIA+, negras, indígenas e outras dissidências de gênero e sexualidade foram sistematicamente marginalizadas das universidades, tanto no ingresso quanto na permanência e na produção de conhecimento (Louro, 1997; Collins, 2019). Ainda que esse cenário tenha se modificado nas últimas décadas, com avanços importantes, a desigualdade estrutural permanece como marca profunda das instituições universitárias.

Durante a primeira metade do século XX, a presença feminina nas universidades era fortemente marcada por estereótipos de gênero. O ingresso de mulheres limitava-se a áreas como magistério, enfermagem ou assistência social, consideradas extensões dos papéis domésticos tradicionais (Lerner, 2019). Foi apenas com o avanço dos movimentos feministas nas décadas de 1970 e 1980, e a influência das conferências internacionais da ONU, que os debates sobre equidade e democratização começaram a produzir efeitos visíveis nas políticas educacionais latino-americanas (UNESCO, 1998).

Entre os avanços recentes, destacam-se as políticas de ação afirmativa implementadas em países como Brasil, Colômbia e Argentina. Essas políticas, muitas vezes articuladas com movimentos sociais, buscaram enfrentar desigualdades históricas e promover maior diversidade nos corpos discentes, docentes e gestores universitários (Carneiro, 2011; González, 2020). Em paralelo, surgiram programas de permanência voltados a estudantes de baixa renda, indígenas, mães universitárias e pessoas trans, além da institucionalização de núcleos de estudos de gênero e da inclusão de disciplinas sobre diversidade e relações étnico-raciais na formação docente.

10

Apesar desses avanços, retrocessos recentes têm fragilizado significativamente essas conquistas. O avanço de governos neoconservadores resultou na retirada de menções à palavra “gênero” de documentos oficiais, na descontinuidade de programas de permanência e na deslegitimação dos saberes feministas e decoloniais (Corrêa, 2018). Como apontam autoras como Collins (2019) e Segato (2016), a manutenção das hierarquias patriarcais no ambiente universitário não depende apenas da exclusão formal, mas também de mecanismos simbólicos e institucionais que naturalizam a violência, silenciam as denúncias e revitimizam as mulheres.

As barreiras persistentes incluem o assédio sexual e moral, a evasão de alunas marginalizadas, a invisibilidade das mulheres e dissidências nas ciências e a sub-representação nos cargos de chefia e nas agências de fomento (Mendonça, 2017). A desqualificação de trajetórias acadêmicas por critérios eurocêtricos e masculinos, a precarização da produção científica feminina e a ausência de reconhecimento institucional compõem um cenário de exclusão sistemática. Como observa Connell (2003), a hegemonia masculina nas instituições acadêmicas se reproduz por meio de um sistema de cumplicidades que deslegitima sistematicamente as experiências e produções das mulheres.

Nesse contexto, a transversalização de gênero –entendida como a incorporação da perspectiva de gênero em todas as dimensões da vida universitária– é uma condição imprescindível para que a democratização da Educação Superior vá além do acesso formal e transforme as práticas, currículos, critérios de avaliação e ambientes institucionais (Louro, 1997). Esse esforço deve estar articulado a uma crítica mais ampla à colonialidade do saber que estrutura os sistemas universitários latino-

americanos. Como aponta Quijano (2005), a colonialidade do poder impõe uma hierarquia epistêmica que naturaliza a inferiorização dos saberes produzidos fora dos marcos eurocêtricos e coloniais, excluindo sistematicamente as epistemologias negras, indígenas, feministas e populares. Descolonizar o saber, nesse sentido, é parte inseparável do processo de democratizar a universidade. Essa perspectiva é central para autoras como Ochy Curiel (2013) e Lélia Gonzalez (2020), que denunciam a racialização e a heteronormatividade do projeto universitário latino-americano, historicamente construído como espaço de validação da branquitude, da masculinidade e do conhecimento europeu. Como destaca Espinosa Miñoso, não se trata apenas de “incluir” outras vozes, mas de transformar radicalmente os critérios de validação do conhecimento e as formas de organização do saber acadêmico. Trata-se de reconhecer que a descolonização do saber é também uma luta por justiça epistêmica e por condições materiais e simbólicas para a existência de outras racionalidades.

Importante destacar que essa realidade não é exclusiva do Brasil. Estudos regionais apontam padrões semelhantes em países como México, Argentina, Uruguai e Colômbia, revelando que os desafios enfrentados por mulheres e dissidências no ensino superior são atravessados por dinâmicas continentais. A articulação regional, portanto, torna-se fundamental para compartilhar estratégias, construir protocolos comuns, fomentar intercâmbios e fortalecer a luta por uma universidade mais justa, segura e plural.

Portanto, apontamos que a democratização da Educação Superior na América Latina exige uma análise que vá além do acesso formal às universidades. Trata-se de uma agenda que demanda a transformação estrutural das instituições, com ênfase na ampliação do direito à produção de conhecimento, na valorização da diversidade epistemológica e na construção de ambientes efetivamente inclusivos, participativos e seguros. Como destaca Flávia Biroli (2020), os processos de desdemocratização implicam no enfraquecimento da esfera pública e dos canais institucionais de participação, o que afeta diretamente o espaço universitário, sobretudo no que diz respeito à presença e à voz de grupos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, pensar a democratização da Educação Superior implica reconhecer os limites da democracia liberal na sua capacidade de lidar com desigualdades estruturais, especialmente as de gênero, raça, classe e território. As universidades, historicamente concebidas como espaços elitizados e masculinos, são atravessadas por estruturas de poder que operam na exclusão e silenciamento de vozes dissidentes. A presença crescente de mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas trans e estudantes de primeira geração no ensino superior tem tensionado esses espaços e desafiado suas formas tradicionais de produção e validação do saber. Nesse contexto, a incorporação de epistemologias feministas e decoloniais torna-se uma condição fundamental para o aprofundamento democrático.

Além disso, a liberdade acadêmica, entendida por nós como a liberdade de ensinar, pesquisar, debater e se organizar sem censura, não pode ser desvinculada das condições materiais e simbólicas que tornam possível o exercício pleno da cidadania no espaço universitário. Como argumenta Camilla Croso (2025), a liberdade acadêmica deve ser entendida como um direito coletivo e político, que garante não apenas a autonomia dos sujeitos pesquisadores, mas também a pluralidade epistemológica e o compromisso público da universidade com a justiça social.

Portanto, a democratização da Educação Superior na região demanda o enfrentamento simultâneo das desigualdades estruturais, da fragilização institucional causada pelos neoconservadorismos e da ausência de políticas que garantam liberdade e segurança às e aos cientistas, conforme reconhecido na *Recomendación sobre la Ciencia y los Investigadores Científicos* (UNESCO, 2017) e no *Llamado a la Acción sobre la Libertad y Seguridad de las y los Científicos* (ISC; UNESCO, 2024).

Conclusões

A liberdade de ensinar, aprender e pesquisar é um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade justa e democrática. E é a partir dessa compreensão que este artigo propõe uma série de reflexões e contribuições que possam explorar como esses pilares estão sendo desafiados, especialmente em um contexto de crises políticas e econômicas. Importante dizer que tais reflexões são realizadas a partir da perspectiva de que se experimenta na região estudada um cenário marcado pelo avanço do neoconservadorismo, do *anti-intelectualismo* e de segmentos *anticientíficos* em escala transnacional. Onde muitos desses segmentos têm promovido ataques que assumem várias formas, desde perseguição, agressão e assédio nas redes ou em espaços públicos, até ameaças e agressões físicas concretas, incluindo graves violações de direitos humanos à liberdade de ensinar, aprender e pesquisar. Esses, são realizados tanto por agentes estatais, como por agentes não estatais, incluindo grupos extremistas, forças policiais e militares, autoridades governamentais, grupos políticos, grupos religiosos, entre outros.

Esses ataques têm prejudicado sistemas educacionais inteiros, pondo em risco a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; e limitam os espaços de diálogo da sociedade para pensar, questionar e compartilhar ideias, bem como a sua autonomia para produzir novos conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento em vários campos: científico, social, econômico etc. com vistas à construção de sociedades mais inclusivas, diversificadas e democráticas. Em suma, ao minar a capacidade única da educação de impulsionar o desenvolvimento social, político, cultural e econômico de uma sociedade, eles afetam a todas as pessoas.

Em um momento em que instituições de ensino e atores acadêmicos enfrentam crescentes pressões políticas, sociais e econômicas, o texto busca explorar as dinâmicas locais e regionais que moldam essas tensões. É importante reconhecer que a plena realização do direito à liberdade acadêmica e à autonomia universitária na América Latina requer a capacidade de fortalecer os laços de cooperação e integração regional. Identificar e impulsionar estratégias coletivas nesse campo não é apenas desejável, mas urgente. Iniciativas regionais podem desempenhar um papel decisivo ao promover o acolhimento a educadores/as e estudantes perseguido e em risco, e a mobilidade solidária de docentes, estudantes e pesquisadores/as; ao estabelecer protocolos conjuntos de resposta política e institucional diante de ataques que atingem membros da comunidade acadêmica; e ao fomentar redes de pesquisa e mecanismos sustentáveis de financiamento que priorizem a defesa da liberdade acadêmica. Tais ações não apenas reforçam a proteção desses direitos, mas também aprofundam os compromissos democráticos que unem os países da região e ajudam a alçar as universidades como instituições pilares das democracias, plurais e comprometidas com a transformação e emancipação das nossas sociedades.

A análise realizada neste artigo evidencia que a defesa da Educação Superior como um bem público e como um espaço estratégico para a construção de sociedades mais justas, equitativas e democráticas, passa necessariamente pela articulação entre a liberdade acadêmica, a inclusão de

epistemologias dissidentes e a integração regional latino-americana. Assim, em contextos de avanço dos governos autoritários e neoconservadores, como os que marcaram recentemente países como Brasil e Argentina, a universidade tornou-se alvo de ataques sistemáticos à produção de conhecimento, especialmente nas áreas das ciências humanas, dos estudos de gênero e das pesquisas racializadas. Essas ofensivas não são pontuais, mas parte de uma estratégia de desdemocratização, que busca restringir o papel crítico da universidade e reconfigurar os sentidos da cidadania.

Entendemos que a liberdade acadêmica não pode ser separada das condições concretas de existência e trabalho das pessoas que compõem a comunidade universitária. A ausência de políticas que enfrentem o racismo, o sexismo, a LGBTQIA+fobia e outras formas de violência institucional compromete a qualidade democrática das universidades, mesmo onde há expansão de matrículas.

A partir das experiências analisadas e das referências mobilizadas, afirmamos a necessidade de fortalecer redes acadêmicas regionais, como CLACSO, LASA, a Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS) e a Asociación Centroamericana de Sociología (ACAS), bem como outras redes regionais de direitos humanos e integração regional, como a CLAA, o ENLACES e o MERCOSUR EDUCATIVO, entre outras, como formas de resistência coletiva e de produção de alternativas contra-hegemônicas. Como destaca Biroli (2018), a democracia só se sustenta quando acompanhada de políticas que ampliem os direitos e a participação de sujeitos historicamente excluídos —o que se aplica também ao campo do conhecimento.

Portanto, democratizar a universidade exige reconhecer os conflitos, redistribuir os recursos, respeitar as diferenças e reimaginar futuros possíveis desde o Cone Sul, a partir de uma agenda de justiça social e epistemológica que devolva à Educação Superior seu papel transformador.

13

Referências

- Apple, M. W. (2015, set./dez). Produzindo a diferença: neoliberalismo, neoconservadorismo e a política da reforma educacional. *Linhas Críticas*, (46), 606–644.
- Apple, M. W. (2017, dezembro). A luta pela democracia na educação crítica. *Revista e-Curriculum*, 15(4), 894–926.
- Biroli, F.; Campos, M. D. M.; Vaggione, J. M. (2020). *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. Editorial: Boitempo.
- Biroli, F. (2018). Reação conservadora, democracia e conhecimento. *Revista De Antropologia*, 83-94.
- Carneiro, Sueli. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo.
- Connell, R. W. (2003). *Gênero em termos reais*. São Paulo: Rosa dos Tempos.
- Corrêa, S. A. (2018). “Política do gênero”: Um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*, (53), Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8653407>
- Croso, C. (2025). *La violencia de género en el ámbito de la educación universitaria en Brasil*. (No prelo)
- Curriel, O. (2013). *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- Declaração Mundial sobre a Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação. Paris: UNESCO, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/>

- Giroux, H. (2006). Ensino Superior sob Cerco: Implicações para Intelectuais Públicos. *Hought & Action*, 22(1), 73-90.
- Giroux, H., & Figueiredo, G. "Contra a Mercantilização das Universidades Públicas." *Le Monde Diplomatique*, 2024. "Formação Política de Professores e Estudantes como Estratégia de Resistência ao Autoritarismo Neoliberal na Educação." *Le Monde Diplomatique Brasil*, 2022. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/formacao-politica-de-professores-e-estudantes-como-estrategia-de-resistencia-ao-autoritarismo-neoliberal-na-educacao>
- Gonzalez, L. A. (2020). *Categoria político-cultural de amefricanidade*. In: Silva, Petronilha B. (org.). *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Zahar. (Texto originalmente publicado em 1988).
- Hooks, B. (2003). *Ensinando a comunidade: Uma pedagogia da esperança*. Nova York: Routledge,
- International Science Council & UNESCO. (2024). *Llamado a la Acción sobre la Libertad y Seguridad de las y los Científicos*. Paris: ISC/UNESCO. Recuperado de <https://council.science/current/news/llamado-a-la-accion-libertad-seguridad-cientificos/>
- Lerner, G. A. (2019). *Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Louro, G. L. (1997) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.
- Mendonça, A. (2017Estado). *Religião e democracia: Reflexões a partir dos debates sobre "ideologia de gênero" no Plano Nacional de Educação*. Tese de Doutorado em Política Social. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil.
- Mendonça, A; Passos, P. (2021). *O professor é o inimigo: Uma análise sobre perseguição docente no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Morula..
- Mendonça, A; Sepulveda, D; Sepulveda, J. A; Correa, R. (2024). Conservadorismos e as questões de gêneros e sexualidades. *REBEH-Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 7, 1.
- Mendonça, A; Layus, R. F. (2024). Os Direitos Humanos e a liberdade de ensinar, aprender e pesquisar. *Revista interinstitucional artes de educar*, 10, 380.
- Prado, M. A. M; Corrêa, S. (2018). Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Rev. psicol. polít.*, São Paulo, 18(43), 444-448. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 dez. 2024.
- Quijano, A. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". Lander, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.
- Segato, Ri. L. (2016). *La guerra contra las mujeres*. 4. ed. Buenos Aires: Prometeo; Madrid: Traficantes de Sueños.
- Santos, R. (2020). *Maioria minorizada: um dispositivo analítico de racialidade*. Rio de Janeiro: Telha.
- UNESCO. (2017). *Recomendación sobre la Ciencia y los Investigadores Científicos (RC|IC)*. Paris: UNESCO. Recuperado de https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000259590_spa
- Vaggione, J. M. (2020). A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina. In: Biroli, F; Machado, Campos, M. D. D; Vaggione, J. M. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo.

Sobre as autoras

Amanda Mendonça, es Profesora Adjunta da Faculdade de Formação de Professores - FFP/ UERJ e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais (PPGEdu). Pró-cientista do estado do Rio de Janeiro. Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE / UFRJ e especialista em gênero e sexualidade pela UERJ. Bacharel e licenciada em Ciências sociais, também possui segunda licenciatura em Pedagogia. Integra o Observatório da Laicidade Educação - OLÉ, a Coalizão pela liberdade acadêmica nas Américas e é vice-líder do Grupo de Pesquisa e Estudos Gêneros, Sexualidades e Diferenças nos Vários Espaços Tempos da História e dos Cotidianos (GESDI).

<https://orcid.org/0000-0003-3324-5672>

Camilla Croso, es Diretora Executiva da Coalizão pela Liberdade Acadêmica nas Américas (CLAA). Doutora em Educação pela UNICAMP, Mestre em Política e Planejamento Social de Países em Desenvolvimento pela London School of Economics and Political Science (LSE), com Certificado Profissional em Gênero e Desenvolvimento pela Geneva Graduate Institute. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE), a Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação e o Grupo de Trabalho sobre Políticas Educativas e Direito à Educação da CLACSO. Foi Diretora do Programa de Educação da Open Society Foundations (2020-2022), Coordenadora Geral da Campanha Latino-americana pelo Direito à Educação (2006-2020) e Presidenta da Campanha Mundial pela Educação (2010-2018). <https://orcid.org/0000-0002-1157-4937>